

Os vinte e sete textos que compõe o Novo Testamento não nasceram já compilados — até o século IX não eram comuns volumes únicos contendo toda a Bíblia. Pelo contrário, tratavam-se de textos avulsos que circulavam entre os fiéis da igreja que nascia (o primeiro testemunho de alguma espécie de índice dos textos bíblicos que sobreviveu até nossos dias é o *Cânone Muratori*, de aproximadamente 200 d.C.). Se, de início, as palavras de Cristo eram transmitidas oralmente por aqueles que haviam sido testemunhas oculares de primeira (os próprios apóstolos) ou segunda mão (os discípulos diretos desses apóstolos), com o tempo — e a morte dessas testemunhas — os pregadores passaram a utilizar a “palavra” de Cristo em versões escritas. Mas esses textos não nasceram com o status de escrituras sagradas. Em relatos dos Padres Apostólicos — período entre 65 e 150 d.C. —, por exemplo, Justino Mártir conta que era comum a leitura pública das “memórias dos apóstolos”, mas nada além disso — e tudo indica que os Evangelhos não eram lidos em conjunto, mas sim que cada igreja possuía um único texto contendo as “memórias dos apóstolos”.

Muitos afirmam que a elevação dos textos ao patamar de palavra divina só aconteceu devido à enorme quantidade de divisões surgidas no cristianismo entre o segundo e terceiro século,

pressionando os líderes da igreja a decretarem uma versão definitiva da “verdadeira” doutrina cristã e, com isso, garantir sua ascendência sobre os grupos adversários. Foi, portanto, um embate político o grande propulsor da canonização dos textos que hoje tomamos como inquestionavelmente sagrados.

A confusão, à época, não era pouca. Jesus era divino? Então como morreria na cruz? Era humano? Mas um humano poderia ser o salvador da humanidade? Que tal simultaneamente humano e divino? Ora, como isso seria possível? Dentre os inúmeros “intérpretes” do cristianismo, havia desde aqueles que negavam o Velho Testamento, como os Marcionitas, para quem o deus dos judeus era outro — e inferior — ao deus dos cristãos, até os Ebionitas que, pelo contrário, exigiam que, para ser cristão, era necessária a obediência às Leis do judaísmo. Houve também uma tentativa de harmonização dos diferentes evangelhos numa só narrativa — o *Diatasserão* de Taciano, que gozou de enorme popularidade por algum tempo. Como era de se imaginar, praticamente todos esses textos foram declarados hereges e estão, hoje, perdidos.

Talvez a mais conhecida dessas dissidências — certamente a mais controversa — tenha sido o gnosticismo. Ainda que não possa ser definida como uma única doutrina, pois muitas

eram suas vertentes, em linhas gerais rejeitava a existência terrestre. A Terra era fruto de uma catástrofe cósmica e os seres, espirituais por excelência, haviam sido aprisionados em seus corpos terrestres. O problema é que eles não tinham consciência disso. Por isso, era preciso obterem o conhecimento (*gnosis*) para, enfim, se libertarem. Por mais absurda que pareça a doutrina gnóstica, foram eles os grandes inimigos da ala proto-ortodoxa e suas ideias foram, por séculos, conhecidas apenas através de citações nas obras que padres da igreja pertencentes ao período conhecido como Patrístico — período no qual, enfim, os textos sagrados se consolidaram — escreveram para atacá-las. Como Irineu, em *Contra Heresias* de 180 d.C., ou Hipólito nas suas mais de quarenta obras redigidas entre 200 e 235 d.C. Outro desses padres, Orígenes, afirma em seus escritos que existem apenas quatro evangelhos “aprovados pela igreja” — Mateus, Marcos, Lucas e João — e que estes, junto aos outros textos sagrados, “formam o Novo Testamento”, numa evidência clara da importância do combate às doutrinas dissidentes na fixação do cânone. Orígenes, aliás, apesar de brilhante teórico, cometeu uma tremenda asneira na juventude ao interpretar de modo bastante literal as condições impostas por Jesus para entrar no Reino de Deus (“E se tua mão te escandalizar, corta-a: melhor é entrares mutilado para a

Vida do que, tendo as duas mãos, ires para a geena, para o fogo inextinguível. E se teu olho te escandalizar, arranca-o: melhor é entrardes com um só olho no Reino de Deus do que, tendo os dois olhos, seres atirado na geena”) e castrou-se.

O conteúdo descrito — e condenado — por esses padres mostra o quanto as versões que circulavam da vida e ideias de Jesus diferiam, em muito, daquela que conhecemos hoje. Irineu, por exemplo, narra que Basilides, líder de uma seita gnóstica, escreveu, perto do ano 130 d.C., um longo tratado chamado *Exegetica* (do qual restam hoje pouquíssimos fragmentos). Nele, Basilides revela que Jesus não morreu na cruz. Segundo ele, durante o calvário, quando Simão de Cirene se prontificou a ajudar Jesus a levantar-se, Cristo, numa atitude pra lá de questionável, se aproveitou para trocar de corpo com Simão de Cirene. Quem morreria crucificado, portanto, fora o pobre Simão, enquanto um usurpador Jesus escapava, anônimo, na multidão. É fácil notar, portanto, o tamanho da encrenca. E da necessidade de se definir, parafraseando tanto Orígenes quanto uma propaganda de creme dental, a doutrina que era realmente “testada e aprovada pela igreja”.

Como dito, por muito tempo a única fonte de conhecimento dos textos gnósticos foram os trechos citados — e, provavelmente, distorcidos — pelos autores Patrísticos. Mas, em 1945,

em Nag Hammadi, Egito, mendigos descobriram, acidentalmente, uma biblioteca completa gnóstica do século IV, trazendo à luz mais de mil páginas de manuscritos, boa parte contendo tratados sobre o gnosticismo. Dentre eles, alguns evangelhos, como os de Tomás, Filipe e Tiago.

Eles fazem parte do conjunto de textos conhecido como apócrifos. Neles, temos desde adequações teológicas da vida e ensinamentos de Cristo a uma doutrina divergente da oficial, até narrativas que preenchem lacunas não contadas nos quatro evangelhos canônicos — como o *Evangelho Infantil de Tomás*, que narra a infância de Jesus, na qual o garoto usa seus poderes de forma não muito, ahn, cristã: um menino que implica com Jesus recebe um fulminante revide e cai morto na hora. Em seguida, os passantes que o acusam pelo crime são, todos, imediatamente cegados por Jesus, o que leva José a uma atitude extrema: “Quando José viu o que Jesus havia feito, ele se ergueu, agarrou sua orelha e puxou-a com força”.

Há também o texto conhecido como *Evangelho de Judas*, a mais importante descoberta após Nag Hammadi, no qual aquele que se tornou sinônimo de traidor é, na verdade, o mais iluminado dos apóstolos, o único a identificar Jesus como filho de Deus. Sua delação, longe de um ato repreensível, simplesmente atendia ao desejo do mestre (pois Jesus mesmo afirmava que seu destino

era morrer na cruz para redimir nossos pecados). Estima-se que o *Evangelho de Judas* date de 140 a 150 d.C., pois é citado por Irineu como um documento utilizado em seitas gnósticas.

No *Evangelho de Nicodemos*, também conhecido como *Atos de Pilatos*, além de se inocular a culpa sobre os judeus —, Jesus desce à terra dos mortos, o Hades, onde trava uma luta feroz com Satã. Derrota-o, claro. A menção mais antiga a este evangelho foi feita por Justino Mártir, em 160 d.C. Mas os acadêmicos são unânimes em afirmar não ser possível sabermos se a versão a que ele se refere — já que apenas menciona seu título — é a mesma que chegou até nós. De qualquer modo, ela mostra, ao eximir Pilatos de qualquer responsabilidade na morte de Jesus, uma evidente adequação aos interesses do Império Romano, que viria a abraçar o cristianismo como sua religião oficial dois séculos depois.

Já na *Narrativa de José de Arimateia* (especula-se que datada dos séculos IV ou V), Jesus não apenas absolve um dos ladrões crucificados junto a ele. Ele também escreve uma carta de recomendação de sua absolvição, entregue aos querubins responsáveis pelo Paraíso. (Exato, ele escreve essa carta diretamente da cruz.)

Outro texto bastante polêmico é aquele conhecido como *As Grandes Questões de Maria*